

**A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO PARA CONSTRUÇÃO DA APRENDIZAGEM, DOS ALUNOS MATRICULADOS NAS UMEI'S MONTEIRO LOBATO E JOÃO DE PAULA MENDONÇA DE SOUZA, NO ANO DE 2011, EM RONDONÓPOLIS/MT**

Nascimento, Alessandra Vieira

Orientadora: Ms. Olga Maricel Fleitas Benitez

## **RESUMO**

Com o objetivo de verificar se é possível a construção de conhecimentos a partir de aplicação de atividades lúdicas na educação infantil, bem como de verificar se em decorrência desta prática o aprendizado acontece de forma significativa, é que se configura o presente trabalho. Para tanto, foi utilizada como perspectiva teórico metodológica a abordagem que constitui o plano de investigação, tomando a dimensão científica a partir de dois grupos: ciências formais e ciências fáticas ou aplicadas, uma vez que seus resultados tem a possibilidade de aplicação seja no campo das ciências naturais ou sociais. Desta forma, o enfoque abrangerá o nível qualitativo e quantitativo em que será utilizada a classificação investigativa, participativa, e ainda, será exploratória, descritiva, analítica e correlacional. À luz de teóricos como: Pereira, Vygotsky, Bosqueiro, Moyles, Bertoldo & Ruschel, estabelecendo um diálogo reflexivo com outros estudiosos acerca deste tema, se estrutura referencial teórico. A presente pesquisa dividiu-se em dois momentos distintos: o levantamento bibliográfico e o estudo de caso em que foi realizado o trabalho de campo. As unidades de análises foram os alunos, pais e professores das UMEIS Monteiro Lobato e João de Paula Mendonça de Souza, em Rondonópolis, no estado de Mato Grosso. Utilizou-se na coleta de dados um questionário em forma de entrevista aos professores e pais das respectivas UMEIS. Pautados em dados estatísticos são apresentados os resultados da pesquisa. A análise e interpretação dos resultados revelaram que as crianças encontram no lúdico uma nova razão para querer aprender, uma vez que estão sendo estimuladas ao prazer, à brincadeira, fortes aliados à infância.

**PALAVRAS CHAVES:** Lúdico, Aprendizagem; Educando

## **1. INTRODUÇÃO**

O modo como às crianças são tratadas deriva, em grande parte, da forma como a infância é definida. As maiores controvérsias para o conceito de

como a criança adquire conhecimento é quanto a esses processos, dessas controvérsias resultaram várias teorias do desenvolvimento cognitivo .

O trabalho com jogos e brincadeiras pode ser um caminho para a construção do conhecimento da criança. É preciso resgatar os jogos simbólicos, os jogos regados, as atividades de recreação, tanto em suas manifestações verbais como não verbais, para que a linguagem verbal e socializada possa se transformar em um verdadeiro instrumento do pensamento.

O brincar é vital para o desenvolvimento do corpo e da mente. Nele se reconhece um meio de proporcionar educação integral, em situações naturais de aprendizagem que geram forte interesse em aprender e garantem o prazer.

Os jogos e as brincadeiras podem ser um grande aliado para transmissão e construção do aprendizado, brincar é muito mais do que um ato natural da humanidade, mas é uma forma de se expressar no mundo, de construir conhecimentos.

O brincar viabiliza a construção do conhecimento de forma interessante e prazerosa, garantindo nas crianças a motivação intrínseca necessária para uma boa aprendizagem, até convertê-las em adultos maduros, com grande imaginação e autoconfiança.

O professor é um aliado, um mediador nesse caso, que deve planejar e encontrar sempre objetivos em suas aulas, mesmo que sejam jogos e brincadeiras, sempre deve haver um sentido e um planejamento.

A busca do saber torna-se importante e prazerosa quando a criança aprende brincando. É possível, através do brincar, formar indivíduos com autonomia, motivados para muitos interesses e capazes de aprender rapidamente.

O presente estudo pretende verificar se é possível a construção de conhecimentos a partir da aplicação de atividades lúdicas a alunos do ensino infantil e de que forma esse aprendizado acontece de forma significativa.

No capítulo um descreveu-se o marco teórico, parte que irá fundamentar bibliograficamente todo o estudo, seus conceitos e suas causas.

O capítulo dois é representado pelo desenho metodológico, parte responsável pela descrição do método; tipo de investigação; forma de estudo; as hipóteses e suas variáveis dependentes e independentes; unidade de análise; área a ser estudada; população; amostras; instrumento de medição; procedimento da investigação; contexto da investigação e o cronograma das atividades.

No terceiro capítulo apresentam-se os resultados, pautado em dados estatísticos representados em números através gráficos. Posteriormente vem o quarto capítulo, o qual apresenta a análise e apresentação dos resultados, bem como a análise de cada variável e o teste das hipóteses.

Por fim, apresenta-se o quinto e último capítulo, trazendo as conclusões e recomendações, as bibliografias, o glossário e os anexos.

Assim, o presente trabalho trata de algo que já vem sendo desenvolvido há muito tempo, mas que só agora recentemente é que foi admitido como uma ciência e verificada a sua contribuição para o aprendizado. Cada vez mais, escola, professores e autores tem admitido que a aprendizagem só se tornasse eficazes quando ela é significativa e nesse caso o aluno encontra uma nova razão para querer aprender, a de ao mesmo tempo estar se divertindo.

## **2. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL**

Durante muito tempo a educação infantil foi exclusivamente de responsabilidade da família, onde o convívio com adultos da família e da comunidade proporcionava a criança conhecer as tradições, regras e culturas da sociedade em que estava inserida. Hoje na sociedade contemporânea, a criança tem a oportunidade de frequentar instituições que proporcionam conhecimentos a cerca de sua cultura mediante interação com outros membros da sociedade, o que possibilita assim uma maior socialização.

Segundo Araújo (2009), o mundo contemporâneo vem sofrendo diversas modificações em vários setores da sociedade, inclusive na educação e isso devido a avanços tecnológicos, produção incessante de conhecimento e criação de novos meios de comunicação. O que faz com que os profissionais da educação estejam em constante mudança, em alguns casos os educadores não consegue acompanhar tais modificações e acabam por abandonar a própria profissão.

Com o avanço tecnológico torna-se fácil o acesso a informações, onde o aluno além do conhecimento dentro da sala de aula tem a possibilidade de ter contato com diversos assuntos através da rede de computadores, esta que proporciona informações rápidas sobre os mais diferentes assuntos. 10

Araújo (2009) relata que esse contato permite ao aluno trazer tais informações para a sala de aula, informações estas que muitas vezes são ignoradas pelos educadores.

Diante disso, a escola acaba perdendo-se em relação ao processo ensino- aprendizagem, devido a falta de recursos capazes de atender essa grande demanda de novos conhecimentos, principalmente recursos humanos, pois há a falta de formação para com os profissionais responsáveis pela transmissão do conhecimento. Dessa forma, Araújo (2009) acredita que:

A escola está deixando de ser um espaço para acumular conhecimento, onde o educador é visto apenas como um depositário do saber; hoje, o papel do professor passa a ser o de facilitador do aprendizado, também o de criar situações de aprendizagem que sirvam para toda a vida do aluno, através de metodologias que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo.

A construção de um projeto pedagógico é de fundamental importância para acompanhar esse processo de modificações a qual a escola é submetida na atualidade, este projeto permitiria aos professores e gestores compartilhar ideias e saberes que visem uma boa educação. No entanto, para um bom resultado esse projeto deveria ser revisto a cada ano e em alguns casos, reformulado, pois é através da prática que novas ideias vão surgindo.

Para facilitar essa construção, faz-se necessário que haja uma boa interação entre os profissionais na escola, pois dessa forma estes terão mais facilidade de compartilhar suas ideias e realizar trocas de experiências, ações importantes para o aprimoramento do ensino.

Os educadores, sendo os responsáveis pela transmissão do conhecimento precisam estar aptos para enfrentarem as mudanças atuais na educação. Devem ir em busca de novos conhecimentos através de contínuas capacitações, afim de estarem sintonizados com os acontecimentos que ocorrem no mundo.

De acordo com Gadotti ( 2001, p. 7):

[...] Em sua essência, ser professor hoje, não é nem mais difícil nem mais fácil do que era há algumas décadas atrás. É diferente. Diante da velocidade com que a informação se desloca, envelhece e morre, diante de um mundo em constante mudança, seu papel vem mudando, senão na essencial tarefa de educar, pelo menos na tarefa de ensinar, de conduzir a aprendizagem e na sua própria formação que se tornou permanentemente necessária.

O educador precisa ter mente aberta e estar preparado para acompanhar o ritmo acelerado da atualidade, precisa estar preparado para lidar com as novas tecnologias e ter ideias inovadoras de novas formas de ensinar, que vão além das tradicionais, onde o professor fala e o aluno ouve, sem ter oportunidade de opinar ou questionar. O professor tem a missão de educar cidadãos participativos e ativos nas decisões da sociedade em que está inserida.

## **2.1. Plano Nacional de Educação (1998)**

Em 1962, o Ministério da Educação e cultura propôs o primeiro Plano Nacional de Educação, sob a aprovação do que era, então o Conselho Federal de Educação. Tal plano não tinha força de lei e por várias vezes foi modificado durante a Ditadura Militar.

Aranha (2006) destaca em seu livro alguns pontos importantes da nova Constituição, sendo:

[...] Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

Ensino fundamental obrigatório e gratuito;  
Extensão do ensino obrigatório e gratuito, progressivamente ao ensino médio;  
Atendimento em creches e pré escolas às crianças de zero a seis anos;  
Acesso ao ensino obrigatório e gratuito como direito público subjetivo, ou seja, o seu não oferecimento pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade de autoridade competente;  
Valorização dos profissionais do ensino, com planos de carreira para o magistério público;  
Autonomia universitária;  
Aplicação anual pela União de nunca menos de 18% e pelos estados, Distrito Federal e municípios de 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino;  
Distribuição dos recursos públicos assegurando prioridade no atendimento das necessidades do ensino obrigatório nos termos do plano nacional de educação;  
Recursos públicos destinados às escolas públicas podem ser dirigidos a escolas comunitárias confessionais ou filantrópicas, desde que comprovada a finalidade não-lucrativa;

Plano nacional de educação visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, melhoria da qualidade do ensino, formação para o trabalho, promoção humanística, científica e tecnológica do país.

Segundo Ghiraldelli (2009), com o fim da Ditadura Militar, em 1985, e, então, com a nova Constituição aprovada em 1988, reapareceu a iniciativa de dotar nosso país de um Plano Nacional de Educação em termos legais, esta tarefa ficou revigorada na lei, no artigo 214 da Constituição de 1988.

Com a aprovação da nova Constituição, restava elaborar a lei complementar para tratar das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assim, em dezembro de 1996, foi publicada a Lei 9.394, a qual estabeleceu que a união deveria se responsabilizar por tal plano, em comum acordo com os Estados, o Distrito Federal e os municípios. Nessa mesma ocasião, instituiu-se a “Década da Educação”, onde a nova lei fixou um ano para que a União enviasse tal plano ao Congresso Nacional e dele saísse a aprovação, tendo como parâmetro o espaço de dez anos para avaliação deste.

De certo modo, isso assim se configurou na medida que o Brasil havia sido signatário do documento chamado “Declaração Mundial sobre Educação para todos”. A Conferência Mundial de Educação para todos foi realizada no

ano de 1990 em Jomtien, na Tailândia e foi assinada por 155 países. Nessa época o Brasil fazia parte dos países que apresentavam o maior quadro mundial de analfabetismo, sendo governado pelo presidente Fernando Collor.

Descreve Ghiraldelli (2009) que, para que pudesse controlar essa situação, os órgãos financiadores da Conferência criaram três diretrizes básicas para serem seguidas pelo grupo dos países com baixo índice de analfabetismo, G-9, composto por Brasil, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria, Paquistão e Bangladesh. São elas:

[...] Promover um contexto de políticas de apoio no âmbito econômico, social e cultural.  
Mobilizar recursos financeiros, públicos, privados e voluntários, reconhecendo que o tempo, a energia e o financiamento dirigidos a educação básica constituem o mais profundo investimento que se possa fazer na população e no futuro de um país.  
Fortalecer a solidariedade internacional, promovendo relações econômicas justas e equitativas para corrigir as disparidades econômicas entre nações, priorizando o apoio aos países menos desenvolvidos e de menores ingressos e eliminando os conflitos e contendas a fim de garantir um clima de paz.

Ainda segundo Ghiraldelli (2009), depois do evento da Tailândia, no Brasil houve vários encontros e seminários. O autor relata que nesses encontros era passado em síntese o que o documento concluído na Tailândia colocou como meta para todos os presentes, sendo:

Expansão da assistência e das atividades de desenvolvimento da primeira infância, inclusive as intervenções da família e da comunidade, especialmente para as crianças pobres, desassistidas e impedidas.  
Acesso universal à educação básica até o ano de 2000.  
Melhoria nos resultados da aprendizagem.  
Redução da taxa de analfabetismo dos adultos à metade do total de 1990 até o ano de 2000 e modificação da desigualdade entre índices de alfabetização de homens e mulheres.  
Ampliação dos serviços de educação básica e de formação para outras competências necessárias a jovens e adultos, avaliando-se os programas em razão da modificação da conduta e do impacto na saúde, no emprego e na produtividade.  
Aumento, por indivíduos e famílias, dos conhecimentos, capacidades e valores necessários para viver melhor e para conseguir um desenvolvimento racional e sustentável por meio dos canais da educação – incluindo os meios de informação modernos, outras formas de comunicação tradicional e moderna, e a ação social – avaliando-se a eficácia dessas intervenções pela modificação da conduta.

[...] Para honrar os compromissos com os organismos internacionais e sair do G-09, o Brasil montou o Plano Nacional de Educação e fez questão de mostrar que houve participação dos setores representativos da educação brasileira.

Assim, em 10 de fevereiro de 1998, o deputado Ivan Valente apresentou no Plenário da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 4.155 para a aprovação do Plano Nacional de Educação. Esse plano atendeu aos compromissos assumidos pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, e para a preparação de tal documento várias entidades foram consultadas pelo MEC, destacando o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME).

De acordo com Ghirdelli (2009, p.193), o Plano Nacional de Educação (PNE) teve seus objetivos fixados de modo razoavelmente claro, onde deveria seguir:

A elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; e a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública e a democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais a educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Para que esse plano tivesse uma educação compatível e de qualidade em relação à dos países desenvolvidos, foi estabelecido prioridades, segundo o dever constitucional e as necessidades sociais. Segundo, Aranha (2006), foram eleitas cinco prioridades para serem cumpridas em 10 anos. Sendo elas:

1. Garantia de ensino fundamental obrigatório de oito anos a todas as crianças de 7 a 14 anos, assegurando o seu ingresso e permanência na escola e conclusão desse ensino.
2. Garantia de ensino fundamental a todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria ou que não o concluíram.
3. Ampliação do atendimento nos demais níveis de ensino – a educação infantil, o ensino médio e a educação superior.
4. Valorização dos profissionais da educação.



Particular atenção deverá ser dada à formação inicial e continuada, em especial dos professores.

Desenvolvimento de sistemas e informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino, inclusive educação profissional, contemplando também o aperfeiçoamento dos processos de coleta e difusão dos dados, como instrumentos indispensáveis para a gestão do sistema educacional e melhoria do ensino.

## **2.1. O Que É Educação Infantil**

A criança brasileira também foi exposta ao descaso e abandono da sociedade, no início da colonização.

Somente no século XIX, ética da abolição da escravatura no país e com êxodo rural se fez necessário, certas mudanças no cenário cultural e tecnológico.

Segundo Oliveira (2002) esse período foi marcado pelas elevadas taxas de mortalidade infantil. Vários problemas surgiram com a abolição da escravatura no Brasil. As crianças, filhos de escravos eram abandonados em creches, asilos e internatos, “vistos na época como instituições assemelhadas e destinadas a cuidar das crianças pobres”.

Esse mesmo autor descreve que no século XIX surgiram os diversos discursos demagogos á respeito da assistência aos infantes. Tendo em vista, o desenvolvimento de Projetos Sociais de construção de uma nação moderna, com preceitos educacionais do Movimento das Escolas Novas Fundamentadas nas políticas sociais, europeias e americanas. 20

Surgindo a ideia de Jardim de Infância, houve grande polêmica por parte dos políticos da época que criticaram por identificá-la com as salas de visão francesas.

Segundo dados históricos, dessa mesma autora, ficou evidenciada através de suas colocações a concepção da criança historicamente construída e conseqüentemente vem sofrendo determinadas mudanças ao longo dos

tempos, apesar de não se apresentarem de forma homogênea na sociedade da época.

Nos relatos de Oliveira, constam que com a proclamação da República no país, novo cenário com novos personagens com pensamentos de renovações ideológicas surgiram.

Em 1896 é fundado o primeiro Jardim de Infância da Escola Normal Caetano de Campos, em São Paulo no ano 1909. em 1910 inaugurou o Jardim de Infância Marechal Hermes, e em 1922, o Jardim de Infância Bárbara.

O desenvolvimento urbano e a institucionalização na época do Brasil República, acelerou a transformação de uma estrutura econômica agrária, com a maioria das partes nas lavouras e o contrato de grande número de mulheres, que se fazia necessário deixar os filhos com as “criadeiras”, segundo relatos desta autora, que pela desqualificação dos ambientes escolares, repercutiu em alta mortalidade das crianças. Pois, eram contaminadas através das precárias condições de higiene e materiais.

Esse contexto foi alterado com a chegada dos imigrantes europeus, sendo a maioria do sexo masculino, com boa saúde, ambiciosa e produtiva. Porém, não conseguiram ofuscar totalmente a luta feminina. Mesmo sem ajuda do setor econômico, como dever social, pessoas se uniram e grupos se formavam como prestadores de caridade a essas mães operárias.

Com os imigrantes, chegaram no país operários mais qualificados e politizados, em reivindicar e garantir os direitos trabalhistas. Organizaram sindicatos, conscientizando os menos esclarecidos sobre seus direitos diante das condições precárias de trabalho. Em contrapartida, as associações patronais combatiam fortemente os sindicalistas.

No entanto, alguns empresários iniciaram-se mudar um pouco, sua política de autoritarismo sobre os sindicatos dos trabalhadores e passaram a conceder determinados benefícios sociais como estratégias para enfraquecer o movimento sindicalista.

Fundaram vilas operárias, creches e escolas maternas para os filhos dos operários, sendo estas, propriedades das empresas usadas no ajuste das relações de trabalho.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Brincadeira e aprendizagem são consideradas ações com finalidades bastante diferentes e não podem habitar o mesmo espaço e tempo. Isto não está certo. O professor é quem cria oportunidades para que o Brincar aconteça, sem atrapalhar as aulas. São os recreios, os momentos livres ou as horas de descanso.

No entanto, constata-se que é através das brincadeiras que a criança representa o discurso externo e o interioriza, construindo seu próprio pensamento. O adulto transmite à criança uma certa forma de ver as coisas. Quando apresentamos várias coisas ao mesmo tempo, ou então por tempo insuficiente ou excessivo, estamos desestimulando o estabelecimento de uma atitude de observação.

Se quisermos que a criança aprenda a observar, se quisermos que ela realmente veja o que olha, temos que escolher o momento certo para apresentar-lhe o objeto, motivá-la e dar-lhe tempo suficiente para que sua percepção penetre no objeto. Teremos também que respeitar o seu interesse.

Insistir quando a criança já está cansada é propiciar o aparecimento de certas reações negativas. Aprender a ver é o primeiro passo para o processo de descoberta. É o adulto quem proporciona oportunidades para à criança ver coisas interessantes, mas é indispensável que respeitemos o momento de descoberta da criança para que ela possa desenvolver a capacidade de concentração.

Assim como a criatividade da pessoa que interage com à criança poderá torná-la criativa, a paciência e a serenidade do adulto influenciarão também o desenvolvimento da capacidade de observar e de concentrar a atenção.

## REFERÊNCIAS

BENJAMIM, Walter. **Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação**. 3ª ed. São Paulo: Sumus, 1984.

CAMPOS, Maria Célia Rabello Malta. **A importância do jogo na aprendizagem**. São Paulo: USP, 2001.

CHLIEMANN, Ana Lúcia. CARRAHER, David & CARRAHER, Terezinha. **Na vida dez, na escola zero**. São Paulo: Cortez, 1988.

FREIRE, Paulo. **Shor, Ira - Medo e ousadia: o cotidiano dos professores**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia**. 15 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

JACKSON, Paul. **A' Court Angela. Origami - artesanato em papel. Erechim - RS: Ind-graf, 1996.**

KELLY, Celso. **Escola Nova para um tempo novo**. Rio de Janeiro: Olympio, 1973.

MARCELINO, Nelson Carvalho. **Pedagogia da animação**. São Paulo, 1990.

OSTROWER, Faya. **Criatividade e processo de criação**. São Paulo: Vozes, 1996.

SNYDERS, Georges. **Alunos felizes**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

TOLKMITT, Valda M. **Educação Física: uma produção cultural**. Curitiba, Pr: Módulo, 1993.

VYGOTSKY, Liev Semionovich. **A formação social da mente**. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

\_\_\_\_\_. **Psicologia del arte**. Barcelona: Barral, 1989.

REVISTA SCIENTIFIC MAGAZINE  
<http://scientificmagazine.net/> ISSN: 2177-8574